

A influência e a permanência da Praça Onze no Rio de Janeiro: memória inscrita no espaço

The influence and permanence of Praça Onze in Rio de Janeiro: memory inscribed in the space

La influencia y permanencia de la Praça Onze en Río de Janeiro: memoria inscrita en el espacio

Karine Dias de Jesus¹ ; Antonio Ferreira Colchete Filho^{2*} 

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.

² Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil.

* Autor correspondente: antonio.filho@ufjf.br

Resumo: O objetivo deste artigo é sublinhar a relevância da Praça Onze de Junho como um espaço público singular para a história da cidade do Rio de Janeiro. Parte-se da construção de sua espacialidade, ainda no século 19, até sua destruição por ocasião das reformas urbanas dos anos 1940. Entretanto, sua magnitude permanece na forma de diferentes rastros, que marcam a região da Pequena África, nos arredores da área central do Rio de Janeiro, constantemente lembrada como lugar de referência para a população negra, imigrantes e para o samba na cidade. Conclui-se que a memória vinculada à história da Praça Onze consolida sua existência simbólica, que perpassa o tempo e afirma-se como lugar de forte identidade cultural nas constantes disputas que concorrem as narrativas cariocas, mesmo que seja uma praça não mais existente fisicamente no espaço.

Palavras-chave: história urbana; memória; Praça Onze; Rio de Janeiro/RJ.

Abstract: The aim of this article is to highlight the relevance of *Praça Onze de Junho* as a unique public space for the history of the city of Rio de Janeiro. It starts from the construction of its spatiality-still in the 19th century-until its destruction on the occasion of urban reforms in the 1940s. However, its magnitude remains in the form of different traces that mark the region of *Pequena Africa* (Little Africa), on the outskirts of the central area of the city, constantly remembered as a reference place for the black population, immigrants and Samba Community in the city. It is concluded that the memory linked to the history of *Praça Onze* consolidates its symbolic existence, which passes through time and affirms itself as a place of strong cultural identity in the constant disputes that compete in the *carioca* narratives, even if it is a square no longer physically existing in space.

Keywords: urban history; memory; Praça Onze; Rio de Janeiro/RJ.

Resúmen: El objetivo de este artículo es subrayar la relevancia de la *Praça Onze de Junho* como un espacio público singular para la historia de la ciudad de Rio de Janeiro. Se parte de la construcción de su espacialidad, aún en el siglo XIX, hasta su destrucción con ocasión de las reformas urbanas de los años 1940. Sin embargo, su magnitud permanece en la forma de diferentes huellas que marcan la región de *Pequena África*, en las afueras del área central

Recebido: 19 de outubro, 2024.

Aceito: 22 de maio, 2025.

Publicado: 07 de julho, 2025.

de Rio de Janeiro, constantemente recordada como lugar de referência para la población negra, los inmigrantes y para el Samba en la ciudad. Se concluye que la memoria vinculada a la historia de la *Praça Onze* consolida su existencia simbólica, que traspasa el tiempo y se afirma como lugar de fuerte identidad cultural en las constantes disputas que compiten en las narrativas *cariocas*, incluso si es una plaza que ya no existe físicamente en el espacio.

Palabras-clave: historia urbana; memoria; Praça Onze; Rio de Janeiro/RJ.

Introdução

“(…) Oh! Praça Onze tu és imortal. Teus braços embalaram o samba. A sua apoteose é triunfal” G.R.E.S. (Império Serrano, 1982)”. Este trabalho se inicia com um trecho do samba enredo de 1982 da Império Serrano, escola de samba do grupo especial do carnaval carioca, campeã de seu grupo no referido ano. A menção à Praça Onze nos versos sugere seu significado no samba e no Carnaval. Para além desse campo, busca-se evidenciar o caráter que transpõe da barreira entre a materialidade e a imaterialidade, sendo a memória a principal ferramenta neste percurso.

Este artigo apresenta resultados de pesquisa específica sobre a Praça Onze (Jesus, 2021; Jesus e Colchete Filho, 2020) e outras que se baseiam na atividade de núcleo de pesquisa sobre estudos da paisagem e dos espaços públicos, sobretudo da cidade do Rio de Janeiro (Colchete Filho, 2003; Colchete Filho e Vaz, 2023), que fundamentam a revisão de literatura aqui apresentada.

Ao considerar a complexidade envolvida na construção das cidades, lidar com a história urbana se torna uma tarefa fundamental para remontar registros sobre espaços públicos, como praças. Carvalho (2019) faz uma correspondência utilizando-se a história do espaço urbano e os palimpsestos, no qual afirma que, em um sentido físico, tais espaços são como os palimpsestos: conforme ocorrem reformas, determinados sinais tangíveis são removidos para dar lugar a outros. No entanto, o passado, assim como nos palimpsestos, pode se fazer presente mesmo aparentemente descartado

da superfície visível (Carvalho, 2019). O Rio de Janeiro traduz de forma nítida essa analogia devido, principalmente, à quantidade de modificações ocorridas em seu território. Ainda que advindas de diferentes finalidades, elas expressam tamanha complexidade dos processos que constituem essa cidade de proporções globais, evidenciadas nos espaços públicos, constantemente ressignificados e/ou modificados por intervenções.

De acordo com Abreu (1988), as áreas metropolitanas brasileiras são uma das expressões espaciais mais acabadas da formação social do país, refletindo a coerência e as contradições dos sistemas econômico, institucional e ideológico prevalentes. No Rio de Janeiro isso se reforça pelo fato de ter sido capital do Brasil de 1763 a 1960, adicionado ao fato de ter sido a cidade mais populosa do país por quase todo o período em questão, perdendo a posição apenas para a cidade de São Paulo, em 1950 (Abreu, 1988). A afirmação permanece atual uma vez que se pode acrescentar a argumentação do autor à sequência de acontecimentos ocorridos já no século XXI, a exemplo dos megaeventos esportivos e seus desdobramentos, que reforçaram as coerências e contradições já apontadas no período.

A Praça Onze de Junho, conhecida popularmente apenas como Praça Onze, foi um dos locais que afetou e foi afetado pela expressividade dos interesses na transformação do Rio de Janeiro. A praça, surgida inicialmente sem essa nomenclatura, se desenvolveu e se consolidou em uma localidade que lhe permitiu se fortalecer como espaço público. Segundo Moura (1995), na praça havia encontro de capoeiristas, malandros, operários do meio popular carioca, músicos, compositores e dançarinos, dos blocos e ranchos carnavalescos, da gente do candomblé ou dos cultos islâmicos dos baianos, de portugueses, italianos e espanhóis. Em acréscimo, antes mesmo de ter seu traçado planejado, já era praça (Lima, 2018).

O conjunto de práticas ocorridas na praça e nos seus arredores contribuíram para que se tornasse referência no presente. Hoje, apesar de

não mais existir, a Praça Onze pode ser rememorada atualmente pela estação de metrô homônima, na forma de ruas que recebem o nome de personalidades que a frequentavam, edificações e através dos elementos de arte pública e mobiliário urbano que lá se instalaram. Todos estes aspectos suscitam reflexões que percorrem questões relacionadas às reformas urbanas e aos seus impactos, no que se refere aos espaços públicos, à vida urbana e à memória de grupos sociais que compõem a sociedade.

A partir desse cenário, este trabalho busca demonstrar como elementos tangíveis e intangíveis se relacionam e produzem significados na cidade. Aqui o significado em questão é a memória. Por meio da história, a memória permite que determinados elementos tenham seu lugar reafirmado e garantido na cidade, e a Praça Onze é tomada como exemplo singular dessa condição.

A trajetória espaço-temporal da Praça Onze

O percurso histórico da Praça Onze tem como marco inicial o século XIX, com a vinda da Corte Portuguesa para o país. Conforme Lima et al. (1992), esse acontecimento e a conseqüente transformação do Rio de Janeiro na nova sede do governo português imprimiu um novo rumo na política brasileira, tendo como uma de suas implicações a expansão territorial. A partir de então, a cidade que já possuía mais de dois séculos de existência, acelerou seu ritmo de expansão e transpôs limites para além do núcleo urbano colonial. Entre as novas áreas, inclui-se a região da “Cidade Nova”, ocupada após concessão de porções de terra por parte de Dom João VI para imigrantes e que, futuramente, seria o bairro onde a praça estaria localizada.

Antes de ter limites precisamente definidos e ser denominada oficialmente como praça, o local era apenas um descampado conhecido como Rocio Pequeno. De acordo com Carvalho (2019), o Campo de Santana, localizado nas proximidades, atuava como uma espécie de fronteira entre a

cidade e o interior rural, se tornando um marco com a expansão da cidade. Devido às obras de infraestrutura ocorridas no período, a Cidade Nova adquiriu uma condição central, tanto pela sua condição geográfica, quanto pela disposição dos prédios públicos e melhoria nas condições de habitação. Assim, em meados do século XIX, o eixo político do Rio foi se deslocando em direção ao Campo de Santana e a Cidade Nova acabou por se beneficiar dos investimentos usualmente reservados para áreas urbanas centrais e privilegiadas.

Também em meados do século XIX, transformações profundas, tais como a abolição do tráfico negreiro (1850), a implementação da Lei de Terras (1854), a consolidação política do império, expansão demográfica, desenvolvimento dos transportes e a inserção do Rio de Janeiro no sistema capitalista mundial, impactaram a situação fundiária da Cidade Nova. Somado à conjuntura apresentada, o advento da medicina social como instrumento de organização do espaço acarretou uma mudança no perfil populacional do local, que deixou de ser o local da nobreza imperial e abriu espaço para a inserção de camadas mais pobres da sociedade (Pinto, 2007). Embora o Rocio Pequeno fosse o único espaço comercial em toda Cidade Nova, sua ocupação se deu de forma lenta, pois o solo em seu entorno era pantanoso e o mau cheiro exalado pelo Mangue era forte. As melhorias significativas na região só passaram a ocorrer a partir de 1842, época na qual foi instalado um chafariz em seu centro, que possibilitou um primeiro acesso à água no local.

Adiante, em 1865, em decorrência da vitória na Batalha do Riachuelo, na Guerra do Paraguai, o Rocio Pequeno teve sua nomenclatura alterada. Em homenagem à data da vitória, passou a se chamar Praça Onze de Junho – ou apenas Praça Onze. Além das transformações físicas do espaço, um acontecimento marcou significativamente não somente a região, como o país em sua totalidade: no final do século, a falência do sistema escravista, nas palavras de Abreu (1988, p. 29), “mola mestra da produção nacional”, “entrou

em colapso detonando forças importantes da estruturação urbana, que marcaram profundamente a cidade". Após a abolição, os recém-libertos, sem nenhum auxílio e em busca de locais para habitar, viram nas proximidades da praça uma oportunidade para se instalarem e darem continuidade às suas vidas.

Com a abolição, foram alteradas muitas formas de convivência entre brancos e negros e, até mesmo, entre negros e negros. Naquele momento de transição, seus pontos de encontros na cidade se dispersaram e a população negra viveu uma nova situação de ruptura de seu mundo associativo e simbólico, frente às estruturas sociais que estavam em mutação. Sem bens e conhecimentos valorizados pela sociedade da época, essa população foi afastada dos setores aristocráticos. A Cidade Nova aparece, nesse cenário, como o bairro nobre que, com o movimento desse grupo da sociedade para a Zona Sul ainda em desenvolvimento, se tornou uma das maiores concentrações operárias da cidade, segmento onde parte da população negra foi inserida. Neste processo, a Praça Onze constituía o único "respiradouro livre" de toda a área do bairro (Moura,1995).

No século XX, as transformações urbanas foram guiadas pelo viés da modernização e da higienização que, de alguma forma, impactaram a Praça Onze. De acordo com Ribeiro (2008), se desenvolvia um processo para atribuir imagem "positiva" à cidade que acabara de sair de um regime de escravização. Movidos por um ideal de progresso, os grupos dominantes utilizavam discursos e recursos a fim de construir essa nova ordem. As reformas ocorridas na gestão de Pereira Passos são exemplo prático dessa fase. Para Fridman (2007), esse projeto de remodelação coincidiu com o interesse de um regime político disposto a deixar de lado valores tradicionais do Império e a adaptar a cidade aos modelos modernos de uso do solo e de produção econômica capitalista, além de engendrar uma clara separação de usos e classes sociais.

Segundo Velloso (1990), a reforma ocorrida na gestão Passos criou uma sintonia precária, lacunar e, acima de tudo, artificial. A Pequena África, como era conhecida a região da Praça Onze e seu entorno, não possuía seu lugar na cidade idealizada. Na visão da autora, uma das metas do projeto modernizador era o alcance da homogeneidade, fato que o tornava inflexível em relação às territorialidades culturais. A República não conseguia oferecer as bases integrativas capazes de unificar a sociedade. Logo, os imigrantes nordestinos, indígenas, ciganos e negros eram vistos como elementos indesejáveis, incapazes de serem absorvidos pela “cidade moderna” que se desejava alcançar (Velloso, 1990). Dessa forma, concomitantemente às transformações na estrutura física da cidade, havia a necessidade de modificações no universo cultural.

Assim, seguindo os padrões impostos pelo modelo moderno de cidade, foi estimulada uma homogeneização do saber, que deveria ser moldado pela razão e pela ciência, em oposição às crenças e práticas populares, que deveriam ser eliminadas, pois eram enxergadas como manifestações de atraso e ignorância. Esse projeto, imposto de forma autoritária à população, culminou na expulsão dos populares que residiam nas áreas centrais da cidade e que, segundo o planejado, deveriam ser ocupadas por logradouros destinados aos negócios e ao lazer da classe dominante (Soihet, 1998).

Com o avançar do tempo, ainda em direção à adequação do Rio de Janeiro a um padrão de cidade moderna, as tendências rodoviaristas marcaram de forma profunda o destino da Praça Onze. Durante o regime denominado Estado Novo, Henrique Dodsworth assumiu a prefeitura do Rio de Janeiro e conduziu reformas urbanas com a finalidade de dotar a cidade de nova configuração espacial. De acordo com Silva (2017, p. 184), as intervenções urbanas executadas na gestão Dodsworth, diferentemente da gestão Passos, não eram uma remodelação da estrutura viária da cidade, “frente às necessidades de circulação do espaço urbano capitalista”, mas sim

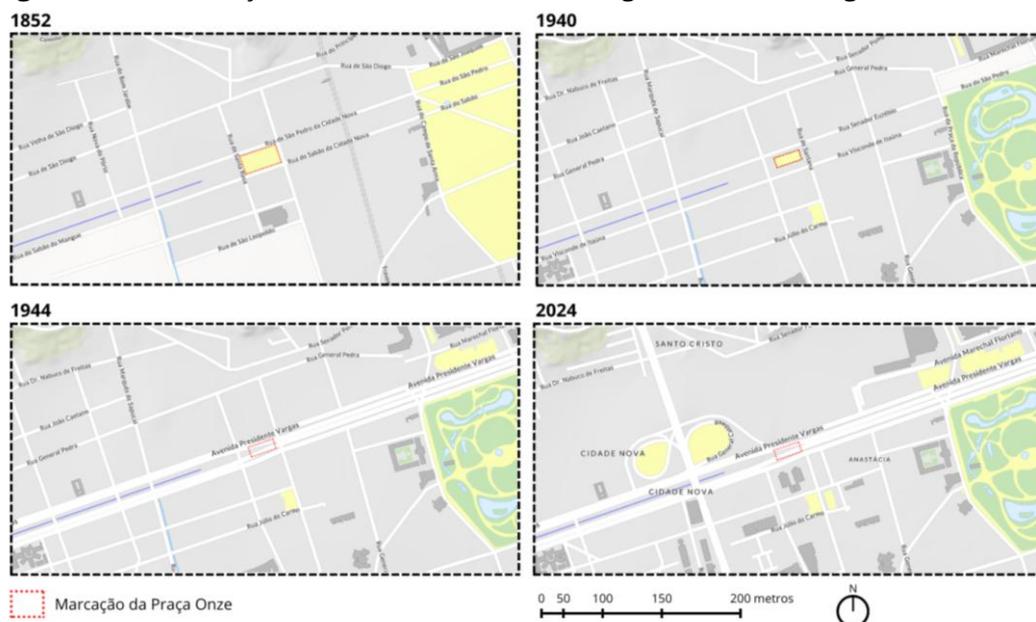
de adaptação da malha urbana à nova estrutura que surgia como demanda da crescente circulação de automóveis.

A construção da Avenida Presidente Vargas foi a obra responsável pela demolição da Praça Onze. A abertura da via exigia “a demolição de todo o casario das ruas São Pedro, General Câmara, Visconde de Itaúna e Senador Eusébio, no trecho entre as praças Onze e a da Bandeira” (FRIDMAN, 2007, p. 84). Nesse momento, a praça desapareceu totalmente da paisagem da cidade e, a partir de então, inaugura-se um novo momento daquela região, modificada bruscamente para se tornar símbolo do rodoviarismo:

A Praça Onze, destruída para abrir caminho ao automóvel, deixou de ser um *locus* fervilhante de vida e de livres experiências humanas. A destruição do tecido urbano afastou das ruas e das praças o indivíduo que a elas pertencia. Aos novos espaços passaram a corresponder compulsoriamente novos relacionamentos humanos. Ou simplesmente eliminaram esse relacionamento (Lima, 1990, p.111).

Atualmente, apesar de não mais existir como espaço público, a Praça Onze ainda é reconhecida na região da qual fez parte por quase um século. Como espaço público, as diversas práticas realizadas foram fundamentais para que ainda permaneça na memória e integre o imaginário local.

Figura 1: Praça Onze e sua região ao longo do tempo.



Fonte: Autoria própria a partir do site imagineRio <https://www.imagnerio.org/pt>.

A memória como recurso de consolidação da história

Acredita-se que a história da Praça Onze, incluindo as intervenções, modificações e vivências da população local, juntas, contribuíram para que sua memória se construísse. Essa história, atravessada fortemente pela resistência, fez com que mesmo após ter sido demolida seu lugar na memória coletiva ainda fosse preservado. As diversas camadas de história que constroem a cidade têm na memória um mecanismo com grandes potencialidades para que determinados fatos não sejam perdidos, ainda que a paisagem tenha sido modificada.

Lima (1990) afirma que a cidade é o próprio texto da história, logo, a análise de fenômenos urbanísticos deve ser realizada através de fatos urbanos, em que o elemento histórico é fundamental. Ainda, que os espaços da cidade vão além de estrutura apenas material, pois “são a síntese de uma série de valores repletos de significados” (Lima, 1990, p. 11). Assim, a acumulação de fatos históricos, que constituem o ambiente urbano, faz com que muitas histórias se entrecruzem e, com esse movimento, algumas se sobressaiam em relação a outras.

No estudo das cidades, além do conceito de história, é possível fazer menção ao conceito de memória. Faz-se necessário compreender que os termos não devem ser usados como sinônimos. Para Nora (1993), a história se trata de uma reconstrução sempre problemática daquilo que não existe mais. Ao contrário da memória, que é sempre carregada por grupos vivos e que, portanto, está em constante evolução, “aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações” (Nora, 1993, p.9).

Le Goff (1990, p. 29) também atenta que “história deve esclarecer a memória e ajudá-la a retificar os seus erros”. A partir da diferenciação entre os conceitos de história e memória, e da importância que a memória possui

na constituição da própria história, Nora (1993) desenvolve o conceito de lugares de memória. De acordo o autor, estes são lugares que subsistiram no tempo, podendo ser eles museus, arquivos, cemitérios, coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários e associações. Esses lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, sendo, assim, necessária à sua criação. Essas associações foram desenvolvidas pelo autor em um estudo que tem como foco a memória e a identidade francesas, mas sua relevância nos faz refletir sobre suas aplicações no contexto brasileiro.

A memória é um aspecto caro ao estudo da cidade. Halbwachs (1990) faz menção à memória individual e à memória coletiva. De acordo com o autor, ambas possuem combinações de influências de natureza social, onde a memória individual pode ser entendida como um ponto de vista sobre a memória coletiva. Esse ponto de vista muda conforme o lugar ocupado e o lugar também muda segundo as relações que o indivíduo mantém com outros meios. A memória coletiva, então, pode ser entendida como instrumento relevante, ao possibilitar caminhos para compreensão das experiências de diferentes grupos sociais em seus espaços de vivência.

De acordo com Abreu (1998) o que faz com que exista uma memória de grupo ou social, referida a um lugar, é o fato de que tal grupo ou classe social ter ali estabelecido relações sociais. Relações essas que podem ser de dominação, de cooperação ou de conflito, podendo variar tanto no tempo quanto no espaço. Assim, a vivência da cidade gera inúmeras memórias coletivas, que apesar de serem distintas, têm como ponto comum a aderência a uma mesma cidade.

A paisagem é construída desses fragmentos de memória que são produzidas pela coletividade. Ademais, é afirmado que os termos memória urbana e memória da cidade não dizem respeito à capacidade de lembrar de indivíduos ou grupos, mas ao estoque de lembranças eternizadas na

paisagem ou nos registros de um determinado lugar, lembranças essas que se tornam objeto de reapropriação por parte da sociedade. No entendimento do autor, a memória urbana trata das lembranças relacionadas ao modo de vida urbano dissociado de um lugar específico, enquanto a memória da cidade é constituída pelas lembranças que possuem uma ligação a um determinado lugar.

A constante demanda pela memória dos lugares, gerada pela atual revalorização do passado, mostra que seu resgate não é uma tarefa fácil, uma vez que essa memória privilegia apenas o processo social ocorrido nos lugares – e não os lugares em si. “Conseqüentemente, a memória que vem sendo resgatada das cidades tem sido invariavelmente uma memória capenga, não ancorada adequadamente num de seus pilares fundamentais, que é o espaço” (Abreu, 1998, p. 23).

Além da memória propriamente dita, outros conceitos também podem se relacionar diretamente com a história de espaços públicos, como no caso da Praça Onze. Neste trabalho, a chamada imaginária urbana é utilizada com esta finalidade. Este conceito possui relação com os elementos de arte pública e mobiliário urbano, que são instalados em espaços públicos. Ao serem entendidos como parte da construção da imagem de um local, tanto a arte pública quanto o mobiliário urbano reúnem aspectos capazes de associá-los à cultura e às demais atividades de uma sociedade em um determinado período.

Segundo Knauss (1999, p. 7), a história da imaginária urbana permite que sejam evidenciados aspectos da cidade no mundo contemporâneo. Nesse processo, é preciso levar em consideração que o espaço não se apresenta apenas como um elemento natural ou físico, mas sobretudo como um produto social, resultado histórico das disputas em torno da significação do território.

A sociedade, em sua constante construção de espaços, possui em sua essência a criação intencionada e não-intencionada de símbolos. Tais símbolos, quando inscritos nos espaços públicos, podem ser traduzidos como parte da imaginária urbana de determinado local. Através da memória urbana, é possível resgatar e evidenciar esses elementos – sejam eles de arte pública, mobiliário urbano ou outros – como relevantes no estudo dos espaços públicos e que auxiliam na construção de sua história.

Diante da importância que a memória possui na sociedade, sobretudo quando se reconhece as consequências do acelerado desenvolvimento urbano, torna-se possível reconhecer o papel de seu estudo. Considerando as diversas camadas da cidade que são sobrepostas por meio de reformas urbanas e dos diferentes projetos nos quais a cidade é alvo, a memória urbana deve ser colocada em evidência a fim de que não sejam totalmente perdidas frações importantes da história. Desse modo, acredita-se que os espaços públicos, locais de vivência coletiva, são espaços que permitem a gênese de memórias urbanas com forte apelo simbólico, uma vez que a população, por meio de suas experiências coletivas, faz com que o significado de suas manifestações em tais lugares crie conexões, fortalecidas através do tempo, como na Praça Onze.

Apropriação do espaço e a construção da memória

Uma vez abordadas a trajetória da Praça Onze como espaço físico e a importância da memória como recurso na construção da história, se faz necessário sublinhar a dimensão cultural presente na cidade, que varia conforme a região que se objetiva tratar. Essa dimensão cultural tem papel fundamental, pois através dela é que são produzidas as especificidades que garantem sua salvaguarda.

Crestani e Klein (2017) afirmam a cidade como um artefato cultural que possui seus sentidos edificados no adensamento de processos que não se

subordinam às realizações técnicas e que transpassam, muitas vezes, a visibilidade. Desta forma, a imagem do ambiente urbano tem referência tanto em sua morfologia espacial, quanto nas relações de sociabilidade, estabelecidas entre objetos e corpo social. “Tais processos de sociabilidade se desenvolvem como uma relação cultural, onde valores específicos estarão ativos nos modos com que o indivíduo escolhe se relacionar e observar seu meio e o outro” (Crestani; Klein, 2017, p. 141).

A partir de uma compreensão e adaptação do “circuito de cultura”, explicitado por outros autores, (Colchete Filho, 2003; 2008) entende que o espaço público pode ser inserido como elemento participante. Assim, foram formuladas sínteses que conjugam processos culturais formadores do circuito – produção, identidade, representação, regulação e consumo – , agentes sociais, responsáveis por fazer o circuito se formar e se manter, e que sustentam a inserção de mobiliários urbanos, esculturas e estátuas que se coadunam com o momento histórico de cada época. Ou seja, circuito de cultura é a força presente no papel que cada agente social desempenha para a construção do espaço público, seja o Estado, sejam as empresas, artistas, seja a população.

A relevância dos agentes sociais é enfatizada, uma vez que esses são representados por inúmeros grupos, os quais, juntos, são capazes de inscrever suas marcas na cidade pelo confronto e/ou pela concordância, compondo a história urbana que se desenvolve no espaço público. Vale ressaltar que as ações empreendidas pelos agentes sociais sobre o espaço público são pouco variáveis, “mas isto não impede que o público possa criar, que o diretor possa criticar, que o ator promova e que a crítica assista, pois diferentes associações e interesses são possíveis entre eles” (Colchete Filho, 2003, p.15). Logo, o espaço público adquire significados adicionais com a introdução de uma série de elementos simbólicos em ruas, praças e parques das cidades através do tempo, que vão sendo ressignificados.

Apoiando-se em um entendimento de que o espaço urbano é tanto suporte, quanto meio ativo da produção de memória, Crestani e Klein (2017) afirmam a existência de uma relação dialética entre a memória e os espaços nos quais eles se ancoram, visto que a memória coletiva, já mencionada no trabalho, é edificada através de referências espaciais e também pelos grupos que depositam, em diferentes lugares, suas lembranças e imagens. Assim, em um contexto atual, se identifica a necessidade de uma interpretação sobre como o planejamento urbano vem atuando perante a legitimidade da memória urbana coletiva. Isto é, até que ponto a disciplina exclui e inclui em seu discurso as apropriações socioespaciais espontâneas que significam os espaços (Crestani; Klein, 2017).

Os usos sociais do espaço público, ou seja, as formas socialmente construídas para utilizar-se desses, são de grande contribuição no que diz respeito à criação de significados. A dimensão cultural dentro desse contexto se configura como aspecto substancial, posto que, através dela, a sociedade manifesta suas diferentes formas de apropriação. Somado a esse fato, tem-se a atuação dos agentes sociais que, independentemente do lugar que ocupam dentro da sociedade, impactam diretamente, na mesma medida, nos usos que são mantidos. Em conjunto, todos esses pontos auxiliam na construção de sentidos que o espaço público carrega e, conseqüentemente, imprime sua marca na memória da cidade.

A efervescência cultural da Praça Onze foi fundamental para que o pertencimento da população ao local não se perdesse no tempo. A produção das memórias pelos agentes nesse espaço o consolidou de forma que o transformou em referência. Os diversos rastros do local que ainda marcam a Pequena África reforçam esse significado, ao mesmo tempo em que afirmam sua importância no presente, como a imaginária urbana da Praça Onze, existente ou não mais existente no espaço, ajudam a reiterar.

Imaginária urbana e a história da Praça Onze

Ao serem entendidos como parte da construção da imagem de um local e como elementos relevantes aos quais a memória pode se vincular, a arte pública e o mobiliário urbano reúnem aspectos capazes de associá-los à cultura e às demais atividades de uma sociedade em um determinado período. Ao exercerem papel importante na identificação desses lugares, são considerados parte de sua imaginária urbana.

A imaginária urbana está conectada às dinâmicas urbanas de uma sociedade, através de objetos que a integram. A pluralidade de elementos que compõem a imaginária de um local se deve justamente à pluralidade de dinâmicas. Abreu, Belluco e Knauss (1999) afirmam que a diversidade de peças de imaginária urbana contidas na cidade resulta das diferentes apropriações que a sociedade faz de seus espaços, bem como da associação estabelecida entre as imagens e o espaço, fato que confere identidade à cidade. Ainda afirmam que é uma das expressões da produção simbólica das sociedades que obedece às demarcações de cada período histórico.

Durante o período que existiu como parte física do território, a Praça Onze foi local de implantação de alguns elementos de imaginária urbana, sendo eles: um chafariz, um coreto, um busto de Marcílio Dias, o projeto de um obelisco e um monumento em homenagem à Zumbi dos Palmares.

O primeiro elemento a ser instalado na praça foi um chafariz, cujo profissional responsável pelo projeto foi o arquiteto Grandjean de Montigny. Sua instalação ocorreu na década de 1840, sob o contexto de obras de embelezamento do Rio de Janeiro, com a justificativa de trazer novos ares à cidade de aspecto colonial. A vinda da Missão Artística Francesa, movimento no qual se inclui Montigny, teve esse objetivo (Santos, 1978). O chafariz também foi importante para o abastecimento de água na região, o que contribuiu para que fosse habitada mais facilmente.

Não se sabe ao certo o momento de instalação do coreto e estima-se que tenha sido na década de 1880. A finalidade era servir de espaço para a apresentação de bandas militares em datas comemorativas. Em contraponto aos festejos populares, as autoridades também utilizavam do espaço público para se afirmar. Segundo Fridman (2007), o Rio, que buscava “civilizar-se”, via no território urbano uma oportunidade de transformá-lo em experiência educativa, o que fez com que surgissem estímulos subsidiados para as festividades e o lazer.

O busto em homenagem à Marcílio Dias foi instalado entre as décadas de 1930 e 1940. A homenagem ao marinheiro morto na Batalha do Riachuelo foi implantada na Praça Onze, quase cem anos após a batalha. O escultor Luis Paes Leme foi o responsável pela obra. De acordo com Nascimento (2015), o onze de junho, data da vitória, estimulou a criação de diferentes instituições em sua memória, o busto em questão foi uma delas.

Apesar de não ter sido de fato construído, considera-se importante apresentar também o projeto de um obelisco que se instalaria na região onde se localizava a praça após sua demolição em virtude da Avenida Presidente Vargas. Publicado pela recém-criada Revista Municipal de Engenharia, estavam previstos para o local da Praça Onze grandes edifícios e um novo espaço público com um obelisco em seu centro. O projeto demonstra o alinhamento com as concepções modernistas em pleno vigor na época.

Por último, em 1986 ocorreu a inauguração de um monumento à Zumbi dos Palmares. De acordo com Silva (2017), devido ao forte apoio do movimento negro, em um momento que o voto em Leonel Brizola significava uma rebelião ao poder estabelecido, a sua eleição (1983/1986) teve grande influência na construção de símbolos da memória negra e sua vinculação à Praça Onze. A inauguração desse monumento no dia da Consciência Negra, feriado nacional, foi uma dessas construções. Ainda é possível passar pela

Avenida Presidente Vargas nos dias atuais e ver o monumento implantado na pista central, próximo do local que um dia foi a praça.

Com exceção do obelisco, que não chegou a ser construído, todos os demais elementos que compõem a imaginária urbana da Praça Onze ainda existem, mesmo deslocados do seu local original de implantação. Cada um deles auxilia a recontar a história da praça, conforme o período histórico que representa e a ressignificação possível de ser realizada a cada época.

Considerações finais

A consolidação da Praça Onze como espaço público se deu de forma lenta e gradual ao longo do século XIX. Aos poucos, o rocío foi sendo incorporado à malha da cidade. A chegada da família real, marco inicial para transformações intensas, colaborou de forma direta para a delimitação do antigo descampado e para a o seu desenvolvimento como espaço público. Mais tarde, na virada do século, eventos como a Abolição da Escravatura, a Proclamação da República e a inserção do Rio de Janeiro no sistema capitalista vieram acompanhados de obras, que caracterizam um novo período de renovação territorial. Tais reformas, com base em princípios higienistas e de modernização, guiaram a construção do espaço através de uma nova ótica: a da exclusão. Com a demolição da Praça Onze em consequência da construção da Avenida Presidente Vargas, fica evidente que, apesar dos esforços com objetivo de aniquilar vivências da massa através de sua não priorização, ainda são possíveis acionar estratégias de ressignificação.

Os espaços públicos urbanos são locais onde pode ser vista de forma nítida a pluralidade de identidades que constrói a cidade. As suas funções variam com relação ao momento histórico em que se vive e de acordo com a localidade na qual estão inseridos. Sua importância relaciona-se, atualmente,

principalmente às práticas de lazer, que se configuram como parte importante das relações sociais. Neste sentido, a Praça Onze se destacou como espaço público localizado na área central do Rio de Janeiro que, durante seu período de existência, foi um local que cumpria a função de ser o espaço de lazer popular para os moradores que habitavam a região. Apesar disso, não foi poupada, quando foi necessário moldar a cidade através de novos padrões.

As diferentes camadas da história urbana acabam por ocultar fragmentos importantes para a leitura da cidade. Contudo, quando se trata de um espaço público, as apropriações praticadas pela sociedade auxiliam no entendimento de sua relevância e tornam-se vestígios para que sua história seja reconstruída. A Praça Onze, mesmo após ter sido demolida, ainda pode ser percebida no espaço, e a memória produzida pelo grupo social que a vivenciou pode se elencada como principal recurso para que assim se suceda. A história dessa praça ainda pode ser contada com a auxílio de seus rastros, que permaneceram na paisagem e na memória, rastros que persistem e insistem como referências de um lugar da cidade do Rio de Janeiro que existe para além do espaço físico, propriamente.

Agradecimentos

Os autores agradecem à CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e ao CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pelo apoio às pesquisas.

Referências

ABREU, Maurício. Sobre a memória das cidades. **Revista Território**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 5-26, 1998. Disponível em: <https://mauricioabreu.com.br/files/artigos/Sobre%20a%20memoria%20das%20cidades.pdf>. Acesso em: 10 set. 2024.

CARVALHO, Bruno. **Cidade porosa**: dois séculos de história cultural do Rio de Janeiro. São Paulo: Objetiva, 2019. 408 p.

COLCHETE FILHO, A.; JESUS, Karine Dias de. Carnaval e espaço público: a Praça Onze e os festejos populares no Rio de Janeiro. **Revista Interfaces (UFRJ)**, v. 30, p. 53-66, 2020.

COLCHETE FILHO, Antonio. **A Praça XV como lugar central da cidade:** o projeto do espaço público através da imaginária urbana (1789, 1894 e 1999). 2003. 226f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

COLCHETE FILHO, Antonio. **Praça XV:** projetos do espaço público. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

COLCHETE FILHO, Antonio; VAZ, Lilian Fessler. (Org.). **Praças da cidade:** a área central do Rio de Janeiro. 1 ed. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2023, v. 1, 207p. CRESTANI, A. M. Z. & Martins de Araújo Klein., R. M. Espaço, imagem e memória: adensamento dos conteúdos coletivos a materialidade da cidade. **Territórios** (36), 139-157. 2017. Doi: <http://dx.doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/territorios/a.4382>

FRIDMAN, Fânia. **Paisagem estrangeira:** memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2007.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

JESUS, Karine Dias de. **Memória urbana em rastros:** a Praça Onze de Junho no Rio de Janeiro. 202. 101f. Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído) – Faculdade de Engenharia, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2021.

KNAUSS, Paulo (Org.). **Cidade vaidosa:** imagens urbanas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7Letras, 1999.

LE GOFF, Jacques. **História e memória.** Campinas: Editora UNICAMP, 1990.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. **Avenida Presidente Vargas:** uma drástica cirurgia. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro; Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes; Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990. 144 p.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. et al. (Orgs.). **Rio de Janeiro, uma cidade no tempo.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992. 149p.

LIMA, V. F. de. **Praça Onze e Congo Square:** territórios musicais abandonados e cobiçados. 177f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MOURA, Roberto. **Tia Ciata e a Pequena África no Rio de Janeiro.** 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura; Dep. Geral de Doc. e Inf. Cultural; Divisão de Editoração, 1995. 178 p.

NORA, Pierre. “Entre memória e história: a problemática dos lugares”. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, São Paulo, n. 10, dez.-1993.

PINTO, Fernando Mousse. **A invenção da cidade nova do Rio de Janeiro: agentes, personagens e planos.** 2007. 296 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

RIBEIRO, Paula. **Cultura, memória e vida urbana: judeus na Praça Onze, no Rio de Janeiro (1920-1980).** 303f. Tese (Doutorado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS, Afonso C. M. dos. Da colonização à Europa possível, as dimensões da contradição. In: DEL BRENNNA, Giovanna et al. **Uma cidade em questão: Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: PUC/FUNARTE/FRM, 1978.

SILVA, Pedro Sousa da. **O governo de Dodsworth: administração e intervenção urbana no Estado Novo (1937-1945).** 305f. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017

SOIHET, Rachel. **A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1998. 200 p.

VELLOSO, Mônica. As tias baianas tomam conta do pedaço: espaço e identidade cultural no Rio de Janeiro. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 6, p. 207-228, 1990.

Publisher

Universidade Federal de Goiás. Instituto de Estudos Socioambientais. Programa de Pós-graduação em Geografia. Publicação no Portal de Periódicos UFG.

As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

Contribuição dos autores

Todos os autores ofereceram substanciais contribuições científicas e intelectuais ao estudo. As tarefas de concepção e design do estudo, preparação e redação do manuscrito, bem como, revisão crítica foram desenvolvidas em grupo. O primeiro autor Karine Dias de Jesus ficou especialmente responsável pelo desenvolvimento teórico-conceitual e pela aquisição de dados. O segundo autor Antonio Ferreira Colchete Filho, pela aquisição de dados e suas interpretações e análise e pelos procedimentos técnicos. Declaramos ainda ciência das Diretrizes Gerais do BGG.

Karine Dias de Jesus. Arquiteta e Urbanista (UFJF), Mestra em Ambiente Construído (UFJF) e Doutoranda em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ). Bolsista CAPES

Antonio Ferreira Colchete Filho. Arquiteto e Urbanista (UFRJ). Mestre em Urbanismo (UFRJ). Doutor em Ciências Sociais (UERJ). Professor Titular (UFJF). Bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ/CNPq)